

O programa *Tempo de Aprender* e as produções acadêmicas: proposta de formação docente com controvérsias no campo da alfabetização no Brasil

Tempo de Aprender program and academic productions: proposal for teacher education with controversies in the field of literacy in Brazil

Bárbara dos Santos Alves *

Ramona Graciela Alves de Melo Kappi **

Darlize Teixeira de Mello ***

RESUMO: O presente estudo objetiva analisar dissertações e teses que tenham como temática o programa de formação docente para alfabetizadores – *Tempo de Aprender* (Brasil, 2020). Constituído-se como uma pesquisa de caráter bibliográfico, o estudo faz um recorte da produção acadêmica sobre o programa *Tempo de Aprender* na área da educação, de 2020 a 2023. Inicialmente, faz-se uma contextualização sobre o programa de formação docente para alfabetizadores. Depois, demarca-se os pressupostos teóricos do trabalho desenvolvido e realiza-se a análise das produções acadêmicas sobre o referido programa em universidades brasileiras. Como resultado, o estudo salienta como a referida formação docente do programa priorizou uma única forma de alfabetizar, a “instrução fônica”, destacando esse modelo teórico tradicional de ensino. Em suas orientações pedagógicas, o programa de formação docente regula como e o que deve ser ensinado e, conseqüentemente, o que a criança deve aprender, silenciando o letramento e, com isso, toda a produção acadêmica brasileira sobre a perspectiva de alfabetizar letrando.

PALAVRAS-CHAVE: Programa *Tempo de Aprender*. Política Nacional de Alfabetização. Instrução Fônica. Formação Docente. Políticas Públicas de Alfabetização.

ABSTRACT: The present study aims to analyze dissertations and theses that have as their theme the teacher education program for literacy teachers – *Tempo de Aprender* (Brazil, 2020). This bibliographical research provides an overview of the academic production on *Tempo de Aprender* program in the area of education, from 2020 to 2023. Initially, a contextualization of the teacher education program for literacy teachers is provided. Afterwards, the theoretical assumptions of the work developed are outlined and the analysis of the academic productions on the aforementioned program in Brazilian universities are carried out. As a result, the study highlights how the aforementioned program teaching training prioritized a single form of literacy, “phonic instruction”, highlighting this traditional theoretical teaching model. In its pedagogical guidelines, the teacher education program regulates how and what should be taught and, consequently, what the child must learn, silencing literacy and, with it, all Brazilian academic production on the perspective of literacy through literacy.

KEYWORDS: *Tempo de Aprender* program. National Literacy Policy. Phonic Instruction. Teacher education. Literacy Public Policies.

* Mestre em Educação pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Professora na rede pública municipal de Sapucaia do Sul. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-9405-1689>. E-mail: barbara.alves@rede.ulbra.br.

** Mestre em Educação pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Professora na rede pública municipal de São Leopoldo/RS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2614-7399>. E-mail: ramonakappicontato@gmail.com.

*** Doutora em Educação pela Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Programa de Pós Graduação da Universidade Luterana do Brasil (PPGEdu/ULBRA) e do Curso de Pedagogia (ULBRA/Canoas). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6741-6747>. E-mail: darlizemello@terra.com.br.

1 Introdução

O presente estudo objetiva analisar dissertações e teses que tenham como temática o programa de formação docente para alfabetizadores – *Tempo de Aprender* (Brasil, 2020). Constituído-se como uma pesquisa de caráter bibliográfico, o estudo faz um recorte da produção acadêmica sobre o programa *Tempo de Aprender* na área da educação, de 2020 a 2023.

Apresentamos, inicialmente, uma breve contextualização do programa *Tempo de Aprender* (Brasil, 2020). Ele foi desenvolvido a partir das diretrizes da Política Nacional de Alfabetização (PNA) (Brasil, 2019)¹, que emergiu via decreto em 2019², em um cenário de disputas e embates ideológicos³. Foi concebido pelo Ministério da Educação (MEC), caracterizando-se como um programa de alfabetização abrangente, cujo propósito era enfrentar as principais causas das deficiências da alfabetização no país⁴. Destinava-se à pré-escola e ao 1º e 2º ano do ensino fundamental das redes públicas estaduais, municipais e distrital⁵.

As causas das “deficiências da alfabetização”, elencadas pelo programa *Tempo de Aprender*, foram transformadas em quatro eixos que compuseram o conteúdo do curso: *formação continuada de profissionais da alfabetização; apoio pedagógico para a*

¹ A PNA possuía cinco diretrizes: estímulos aos hábitos de leitura e escrita; priorização da alfabetização no 1º ano do ensino fundamental; integração de práticas motoras e expressões artísticas; respeito às particularidades das modalidades especializadas; e valorização do professor alfabetizador (Brasil, 2019).

² O Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, que instituiu a PNA, foi revogado pelo Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. Em um esforço conjunto entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, instituiu o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, através do Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023.

³ Vale ressaltar que a PNA, apesar de produzida em 2019 e implementada a partir de então, tem seu processo de constituição em movimento desde 2003, na câmara dos deputados, com a discussão do “Relatório final Alfabetização Infantil: os novos caminhos” (Capovilla, 2005). O referido relatório apontava como a alfabetização no Brasil não tinha acompanhado o progresso científico, a partir dos estudos da Ciência Cognitiva da Leitura e da instrução fônica como metodologia de ensino (Brasil, 2019).

⁴ Entre as principais causas das “deficiências da alfabetização” no país, o programa destacava o déficit na formação pedagógica; a falta de materiais e de recursos estruturados para alunos e professoras; as deficiências no acompanhamento dos alunos; e o baixo incentivo ao desempenho de professoras alfabetizadoras e de gestores educacionais (Brasil, 2020).

⁵ Apesar de o programa de formação docente *Tempo de Aprender* (Brasil, 2020) ser desenvolvido a partir das diretrizes da PNA, não se observava em sua proposta uma preocupação com outras modalidades de ensino, especificadas nos artigos 6º e 7º da PNA, como a Educação de Jovens e Adultos, alunos das modalidades especializadas e qualquer estudante com nível insatisfatório de alfabetização, evidenciando uma invisibilidade desses grupos no programa de formação docente (Brasil, 2019).

alfabetização; aprimoramento das avaliações da alfabetização; e valorização dos profissionais de alfabetização (Brasil, 2020).

Seguindo as diretrizes da PNA, o programa de formação docente para alfabetizadores considerava a instrução fônica e o domínio do princípio alfabético como uma proposta metodológica científica, tendo como base os estudos da ciência, especialmente da Ciência Cognitiva da Leitura. Nesse sentido, em correspondência direta com os componentes “essenciais” para a alfabetização da PNA⁶, o programa de formação docente era organizado em sete módulos, sendo o primeiro composto pela apresentação geral do curso e os outros seis, denominados *aprendendo a ouvir, conhecimento alfabético, fluência em leitura oral, desenvolvimento de vocabulário, compreensão de textos e produção textual*, tinham correspondência com os componentes presentes na PNA.

No programa de formação docente, os módulos dos componentes “essenciais” eram organizados do seguinte modo: materiais escritos e vídeos com orientações didáticas que se encontravam no *site* do programa, explicando a parte conceitual de cada um dos componentes e de cada um dos materiais escritos das estratégias de ensino e dos recursos adicionais para a alfabetização.

O acesso ao curso de formação do *Tempo de Aprender* deu-se pela plataforma *on-line* do MEC, por meio de inscrição gratuita via *e-mail*, tendo como agentes os professores alfabetizadores, porém poderia ser acessado de forma livre por qualquer cidadão através da inscrição pelo endereço eletrônico. Havia também a possibilidade de inscrição de escolas via Secretarias de Educação, que poderiam ter acesso a materiais exclusivos do programa (como a Plataforma Sora).

Considerando a contextualização realizada sobre o programa de formação docente *Tempo de Aprender*, damos continuidade ao artigo, apresentando os pressupostos teórico-analíticos que serviram de base para a análise das dissertações e teses.

⁶ A PNA apresentava seis componentes “essenciais” para a alfabetização: a consciência fonêmica, a instrução fônica sistemática, a fluência em leitura oral, o desenvolvimento do vocabulário, a compreensão de textos e a produção textual. Os cinco primeiros componentes “essenciais” já eram apontados em relatórios como o *National Reading Panel* e o *Educação de Qualidade*, do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar. A PNA só introduziu o componente “produção textual” a esses cinco componentes, tendo como justificativa as pesquisas recentes no campo da alfabetização (Brasil, 2019).

2 Pressupostos teóricos

Nesta seção, situamos os Estudos Culturais, espaço teórico de investigação em que este trabalho se situa, trazendo as inúmeras contribuições desse importante campo de pesquisa para a “gama de formas de problematizações que crivam, matizam e complexificam os debates sobre educação nos dias atuais” (Costa; Silveira; Sommer, 2003, p. 54), evidenciando modos de olhar para as discussões sobre as políticas públicas e o currículo e, na perspectiva deste estudo, sobre as políticas públicas destinadas à alfabetização.

O campo dos Estudos Culturais, em suas análises sobre as políticas públicas e os documentos e programas oficiais, tem apontado como esses impactam os currículos escolares, definindo o que deve ser ensinado, ordenando os saberes, estabelecendo critérios de avaliação, constituindo um currículo cultural na medida em que, ao produzir e regular esse currículo, operam o terreno específico da prática escolar (Costa; Wortmann; Bonin, 2016).

Nesse sentido, entendemos que a cultura, como prática de produção e regulação, assume um papel constituidor de significação, o papel da linguagem e do discurso, ganhando centralidade a partir de tais políticas públicas. Desse modo, considerando a cultura como produção, num contexto de relações sociais, é que situamos como um artefato cultural as dissertações e teses sobre o programa governamental de formação docente *Tempo de Aprender*.

Assim, tendo como base os Estudos Culturais, compreendemos que as dissertações e teses podem ser consideradas “[...] artefatos culturais para descrever e discutir as condições de possibilidade que permitem que determinadas ‘coisas’ sejam ditas e enunciadas e entrem no domínio da significação” (Silveira; Meyer; Félix, 2019, p. 426). Dessa forma, analisaremos as dissertações e teses como artefatos culturais, como textos enquanto prática social (Gill, 2002). Destacaremos, ainda, que tais textos, entendidos na perspectiva cultural, “estão impregnados de discursos instituintes daquilo que funciona como ‘verdade’, sendo estas produzidas em uma ‘economia política da verdade’ na qual está em jogo o poder de quem narra, de quem diz como o outro é” (Costa; Wortmann; Bonin, 2016, p. 521).

Vamos percebendo, nesse momento específico da história da alfabetização no Brasil, de 2020 a 2023, período de busca das dissertações e teses sobre o curso de formação docente *Tempo de Aprender*, o quanto este está vinculado a um sistema complexo de relações articuladas à PNA (Brasil, 2019).

Sendo assim, na análise do artefato cultural – dissertações e teses – a seguir realizada, colocamos em evidência uma análise comparativa entre o mapeamento destas, objetivando

examinar o que foi produzido, bem como os significados que essa produção constituiu para a análise de um curso de formação docente pensado para alfabetizadores.

3 Processo metodológico

O trabalho de revisão bibliográfica tem-se feito necessário em um processo de pesquisa, principalmente para termos como base o que foi produzido no país, em específico no campo da Alfabetização, que é nosso foco de análise. No presente estudo, fizemos o levantamento das produções de teses e dissertações que compreendem o período entre 2020 e 2023, conforme já pontuado. Esta busca aborda a temática da alfabetização de crianças e a formação de professores, tendo como objeto de análise o programa *Tempo de Aprender* (Brasil, 2020).

Para a constituição do *corpus* do estudo, foi realizado um mapeamento no portal digital da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Foram utilizados os seguintes descritores para a busca: 1) “Tempo de Aprender” AND “Política Nacional de Alfabetização”; 2) “Tempo de Aprender” AND “instrução fônica”; e 3) “Política Nacional de Alfabetização” AND “instrução fônica” .

Após o levantamento de 17 produções acadêmicas que versam sobre a relação entre os três descritores (Política Nacional de Alfabetização, *Tempo de Aprender* e instrução fônica), identificamos que o *corpus* desse levantamento era constituído, em sua maioria, por dissertações de mestrado, compreendendo um total de 12 dissertações e 05 teses. Logo após, procedemos a uma pré-análise desse material, especificamente de 01 tese e 04 dissertações. A seguir, passamos a especificar o processo de escolha.

Na BDTD, quando utilizamos os descritores “tempo de aprender” AND “política nacional de alfabetização”, obtivemos 09 resultados, todos da área da Educação; para os descritores “tempo de aprender” AND “instrução fônica”, não obtivemos resultados; e para os descritores “política nacional de alfabetização” AND “instrução fônica”, obtivemos 01 resultado, também da área da Educação. Essa busca resultou em 06 dissertações e 04 teses. Dessas, selecionamos apenas 01 dissertação, pois as demais pesquisas não estavam situadas no contexto do estudo de análise do programa de formação docente *Tempo de Aprender* e suas relações com a PNA, mas estabeleciam relações entre a PNA e outros campos da educação, como a Pedagogia Waldorf, por exemplo.

Quadro 1 – Dissertações e teses identificadas na busca da Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações (BDTD)

	Título	Dissertação ou Tese	Ano	Autor(a)	Universidade	Considerada para a pesquisa
1	Políticas de avaliação para alfabetização no Brasil e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): novos (velhos) mecanismos de controle e responsabilização	D	2020	Graciele Lipsuch ⁷	PPGEdu/ Universidade Estadual do Centro Oeste	Não considerada
2	Política Nacional de Alfabetização (PNA): é possível uma alfabetização baseada em evidências no contexto brasileiro?	D	2021	Izabel Cristina Costa de Faria	PPGEdu/ UERJ	Não considerada
3	Política Nacional de Alfabetização (2019): discursos em análise	D	2021	Liziana Arâmbula Teixeira	PPGEdu/ UFGD	Não considerada
4	Política Nacional de Alfabetização: possíveis implicações na formação do professor alfabetizador	D	2022	Fabiani Inês de Almeida	PPGEdu/ UFMS	Não considerada
5	A Base Nacional Comum Curricular, a Política Nacional de Alfabetização e o Programa Tempo de Aprender: concepções de produção de textos escritos e orientações relativas ao seu ensino nos anos iniciais	D	2022	Maria Daniela da Silva ⁸	PPGEdu/ UFPE	Considerada
6	Impactos da Política Nacional de Alfabetização (PNA) nos processos formativos docentes	D	2023	Flávia Dias Bento	PPGEdu/ UFF	Não considerada
7	Processos e práticas de alfabetização na perspectiva da Educação Integral: desafios na formação docente	T	2021	Rosariane Gláucia Mendonça Campos	PPGEdu/ Universidade Metodista de São Paulo	Não considerada

⁷ A dissertação de Graciele Lipsuch consta nas duas fontes de pesquisa (BDTD e Capes). Para não duplicá-la, optamos por deixar neste quadro, tendo em vista que a BDTD foi a primeira plataforma utilizada para fazer a busca.

⁸ A dissertação da autora Maria Daniela da Silva consta nas duas fontes de pesquisa (BDTD e Capes). Para não duplicá-la, optamos por deixar neste quadro, tendo em vista que a BDTD foi a primeira plataforma que utilizamos para fazer a busca.

8	Governamentalidade Neoliberal e os deslocamentos no eixo da inclusão nos discursos de alfabetização infantil da PNA (2019-2022)	T	2022	Patrícia Luciane de Albuquerque Bragamonte	PPGEdu/ UFSM	Não considerada
9	Estratégias para alfabetização que contemplam especificidades de estudantes com deficiência intelectual em produções científicas e diretrizes educacionais	T	2022	Neusa Teresinha Rocha dos Santos	PPGEdu/ Unesp	Não considerada
10	A Política Pública de Alfabetização e a Pedagogia Waldorf: as relações existentes	T	2023	Tamires Aparecida do Amaral Baldini	PPGEdu/ Unesp	Não considerada

Fonte: Acervo de pesquisa das autoras.

Também fizemos um levantamento no Banco de teses e dissertações da Capes com os mesmos termos de busca da pesquisa anterior: 1) “tempo de aprender” AND “política nacional de alfabetização”; 2) “tempo de aprender” AND “instrução fônica”; e 3) “política nacional de alfabetização” AND “instrução fônica”.

No Banco de teses e dissertações da Capes, quando utilizamos os descritores “tempo de aprender” AND “política nacional de alfabetização”, obtivemos 06 resultados, todos da área da Educação; para “tempo de aprender” AND “instrução fônica”, obtivemos 01 resultado da área da Educação; e para os descritores “política nacional de alfabetização” AND “instrução fônica”, obtivemos o mesmo resultado dos últimos descritores. Essa busca resultou em 06 dissertações e 01 tese. Dessas, selecionamos 03 dissertações e 01 tese, pois estavam situadas no contexto do estudo de análise do programa de formação docente *Tempo de Aprender* e suas relações com a PNA. As outras dissertações, no total de 03, não foram consideradas em razão dos seguintes aspectos: por não estarem de acordo com os objetivos da busca, pois abordavam outros programas, como o Programa Mais Alfabetização e outros documentos que não consideravam o *Tempo de Aprender* em suas análises.

Quadro 2 – Documentos identificados na busca no Banco de teses e dissertações da Capes

	Título	Dissertação ou Tese	Ano	Autor(a)	Universidade	Considerada para a pesquisa
1	O Assistente de	D	2020	Elisandra Gozzi	PPGEdu/	Não

	Alfabetização como face exposta do trabalho docente precarizado na escola pública				UNOESC	considerada
2	Política Nacional de Alfabetização 2019: avanços ou retrocessos	D	2021	Fabiane Kaszceszen	PPGEdu/ UNIVILLE	Não considerada
3	O silenciamento da heterogeneidade das aprendizagens no Programa Tempo de Aprender: algumas problematizações	D	2021	Bárbara dos Santos Alves	PPGEdu/ ULBRA	Considerada
4	Em tempos de reaprender o método fônico: algumas problematizações do Programa de Formação Docente – Tempo de Aprender	D	2021	Ramona Graciela Alves de Melo Kappi	PPGEdu/ ULBRA	Considerada
5	Política Nacional de Alfabetização: governando os “Tempos de Aprender”	D	2022	Paula Etyele Barros de Sousa	PPGEdu/ UERGS	Considerada
6	Correlações entre a Política Nacional de Alfabetização (PNA – 2019) e o relatório de Alfabetização Infantil (2007): há novos caminhos?	D	2023	Verônica Santana Epifânio Bernardino	PPGEdu/ UFES	Não considerada
7	Política Nacional de Alfabetização: discursos formativos de professores alfabetizadores no âmbito do programa Tempo de Aprender	T	2022	Jânio Nunes dos Santos	PPGEdu/ UFAL	Considerada

Fonte: Acervo de pesquisa das autoras.

Considerando o período definido para o levantamento das produções acadêmicas, os anos de 2020 a 2023, entendeu-se que as teses (sendo em menor número) encontradas foram desenvolvidas ao longo deste período de tempo. Diante disso, supõe-se que não houve tempo hábil para a defesa de outras teses que abordassem o *Tempo de Aprender* (Brasil, 2020). Com um número considerável de pesquisas de mestrado encontradas dentro de um período relativamente curto, acredita-se que outras teses que abordam esta temática venham a ser defendidas, mesmo diante da revogação da PNA (Brasil, 2019).

A fim de verificar as produções acadêmicas sobre o tema, buscamos reconstituir, mapear e contextualizar a produção sobre o programa *Tempo de Aprender* (Brasil, 2020) e suas relações com a PNA (Brasil, 2019), identificando como o programa foi analisado nas diferentes pesquisas e considerando o campo da alfabetização no Brasil. As fontes utilizadas na revisão bibliográfica ficaram constituídas por: 01 tese e 04 dissertações, contemplando 05 trabalhos ao todo.

Após essa seleção, fizemos a análise do conjunto dos trabalhos e estes foram organizados em três eixos analíticos⁹: a) dissertações e teses/*Tempo de Aprender*: análise do curso de formação docente (Quadro 3); b) dissertações e teses/*Tempo de Aprender*: processos de ensino e aprendizagem específicos – a produção de textos escritos (Quadro 4); e c) dissertações e teses/*Tempo de Aprender*: implicações na formação dos professores alfabetizadores (Quadro 5). Essa organização deu-se devido ao eixo central de cada pesquisa.

A seguir, apresentaremos a análise dos trabalhos selecionados, considerando o levantamento de produções acadêmicas.

4 Programa de formação docente de alfabetizadores *Tempo de Aprender* em análise

Um dado que consideramos importante destacar das pesquisas selecionadas é que a maioria delas foi finalizada entre 2021 e 2022. Embora num primeiro momento essa informação possa não ser tão relevante, ela indica uma preocupação ou urgência dos pesquisadores em analisar a PNA que vigorava na época e todas as suas contradições com a pesquisa no campo da alfabetização no Brasil. Estamos falando de um período que causou mobilizações no meio acadêmico, sobretudo em razão das repercussões da PNA e dos incentivos aos municípios, por parte do Governo Federal, para que estes aderissem ao programa *Tempo de Aprender*, oriundo das diretrizes dessa política. Diante disso, passamos inicialmente à apresentação das pesquisas que tematizam sobre a análise do curso do programa *Tempo de Aprender*.

4.1 *Tempo de Aprender*: análise do curso de formação docente

Neste primeiro eixo analítico: *Tempo de Aprender: análise do curso de formação docente*, correspondente ao Quadro 3, organizamos os trabalhos que tiveram como foco

⁹ Tal organização será disposta em quadros, na seção analítica a seguir, apresentados por ordem, sendo divididos por títulos, ordem crescente de ano (2020-2023), sempre apresentando primeiro as dissertações, depois as teses, autores e seus respectivos programas de pós-graduação e universidades.

principal a análise documental do programa *Tempo de Aprender* (Brasil, 2020) e suas relações com a PNA (Brasil, 2019). As pesquisadoras analisaram o documento orientador do curso de formação docente para professores alfabetizadores do programa *Tempo de Aprender*, tendo como importante pano de fundo a PNA. Essas pesquisas objetivaram a análise da concepção de linguagem e aprendizagem presente na proposta didática de alfabetização do curso de formação continuada do programa *Tempo de Aprender* (Brasil, 2020). Na análise, compreendem o curso como um artefato cultural que organiza, informa e produz sentido sobre o processo de alfabetização. Com esse entendimento, pensam no texto da política pública na perspectiva dos Estudos Culturais em Educação.

Quadro 3 – Dissertações e teses/*Tempo de Aprender*: análise do curso de formação docente.

Título	Dissertação ou Tese	Ano	Autor(a)	Universidade
O silenciamento da heterogeneidade das aprendizagens no Programa Tempo de Aprender: algumas problematizações	Dissertação	2021	Bárbara dos Santos Alves	PPGEdu/ULBRA
Em tempos de reaprender o método fônico: algumas problematizações do Programa de Formação Docente – Tempo de Aprender	Dissertação	2021	Ramona Graciela Alves de Melo Kappi	PPGEdu/ULBRA

Fonte: Acervo de pesquisa das autoras.

No estudo realizado para este mapeamento, entre as dissertações e teses analisadas, as duas dissertações (Alves, 2021; Kappi, 2021) selecionadas para este eixo analítico que enfatiza o *Tempo de Aprender: análise do curso de formação docente* (Quadro 3) são as únicas que têm como foco a análise documental do curso e das estratégias de ensino, problematizando a constituição da PNA como diretriz do programa.

Em sua pesquisa de dissertação de mestrado, com o título “O silenciamento da heterogeneidade das aprendizagens no Programa Tempo de Aprender: algumas problematizações”, Alves (2021) traz uma problematização do programa *Tempo de Aprender* no curso de formação de professores, procurando analisar quais possíveis estratégias didáticas são pensadas para as crianças com dificuldades de aprendizagem. Na análise do material, composto por seis módulos e modelos de aulas, a autora destacou a recorrente homogeneidade nas estratégias de ensino e a produção da repetição e da inflexibilidade como orientações

didáticas das práticas alfabetizadoras. A autora observou ainda, nos resultados da pesquisa, que no curso não há propostas didático-pedagógicas que visem à heterogeneidade das aprendizagens na sala de aula, mas, sim, uma homogeneização dos modos de ensinar e de aprender, desconsiderando as singularidades dos professores e dos alunos e focando em práticas descontextualizadas que excluem suas identidades e diferenças docentes e discentes, silenciando o letramento no contexto escolar.

Já a dissertação de Kappi (2021), intitulada “Em tempos de reaprender o método fônico: algumas problematizações do Programa de Formação Docente – Tempo de Aprender”, foca a sua análise no curso de formação docente destinado aos alfabetizadores, destacando a articulação deste com as diretrizes da PNA (Brasil, 2019). A autora analisa a concepção de linguagem e aprendizagem presente na proposta didática de alfabetização do curso de formação continuada do programa *Tempo de Aprender* (Brasil, 2020). Os resultados da pesquisa ressaltam muitas fragilidades na proposta didática, como: a hierarquização do conhecimento; a padronização da instrução fônica e uma sequência didática para o trabalho com este método; o treinamento motor para a correta grafia das letras; e o entendimento da produção textual como cópia e reprodução de texto. Além disso, identifica um silenciamento do letramento no processo de alfabetização, bem como o silenciamento de pesquisas que foram produzidas no Brasil nas últimas quatro décadas.

As referidas pesquisadoras, Alves (2021) e Kappi (2021), utilizaram uma metodologia qualitativa com foco descritivo-analítico a partir da análise de texto documental, considerando os pressupostos teóricos dos Estudos Culturais em Educação. O material empírico selecionado para as pesquisas de Alves (2021) e Kappi (2021) corresponde ao eixo 1 – Formação continuada de profissionais da alfabetização (subitem 1.1), composto por seis módulos e seus modelos de aulas. Kappi (2021) também incluiu em sua análise o eixo 2 – Apoio pedagógico para a alfabetização, com foco de análise na ação Sistema *On-line* de Recursos para Alfabetização (SORA) (subitem 2.1), os quais fazem parte do material escrito. Esses eixos integram o conjunto de materiais didáticos que fundamenta o processo de formação continuada de professores alfabetizadores.

Os resultados apresentados nestas dissertações possibilitaram constatar muitas fragilidades na proposta do curso. Para o presente artigo, traremos os dois tópicos comuns destes resultados. Como primeiro tópico, as autoras destacam a padronização da instrução fônica como proposta de ensino. De acordo com as pesquisas, o curso dá ênfase ao trabalho por

meio da instrução fônica. Nessa proposta de alfabetização, defende-se a ideia de que, para a criança se apropriar do sistema de escrita, ela precisa inicialmente aprender as correspondências entre grafema e fonema. Observa-se, assim, que não há possibilidade de uma proposta didática heterogênea, uma vez que visa à utilização de um único método fixo na aprendizagem da alfabetização. A proposta didática baseia-se em um modelo estabelecido de estratégia de ensino, que a criança precisa seguir para treinar as relações entre grafema e fonema. Nesse sentido, a criança é orientada a seguir o modelo estabelecido para a sua aprendizagem, deixando de lado sua curiosidade metalinguística. Contrapondo com essa ideia, o trabalho com os textos, através de poemas, parlendas, cantigas etc., embora explicitados como possibilidade pedagógica, através de objetivos correlatos com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017), não foi explorado no curso de formação. Como referência teórica, as autoras situam os estudos de Brandão e Silva (2017), Brandão (2006), Morais (2012, 2019), Soares (2009, 2018, 2020), Solé (1998), entre outros.

Como segundo tópico destacado dos resultados da análise empreendida, temos o entendimento da produção textual como cópia e reprodução de texto. O curso descreve a produção textual a partir da identificação dos elementos da narrativa que se limita ao reconhecimento do personagem, ação e lugar. As indagações “quem?”, “o que aconteceu?” e “onde?” são utilizadas como estratégia para auxiliar as crianças no ordenamento da escrita do texto. Considerando o exposto, as autoras apontam que há muitas fragilidades nessa proposta de ensino, a começar pela equivocada ideia de produção de texto, pois a produção textual não é abordada como um processo interlocutivo. Ao invés de produzir seu texto, a criança responde às perguntas da professora que direcionam as respostas para a identificação dos elementos da narrativa. Outro ponto divergente que as autoras encontraram na análise desse tópico é que somente no final do processo de alfabetização a criança tem acesso a atividades de produção textual. Dessa forma, evidenciaram nas análises que o texto não tem sido o eixo central nas possibilidades de aprendizagem da leitura e escrita, pelo contrário, o curso dava ênfase a estratégias de ensino baseadas em repetições, nada flexíveis, desconsiderando as experiências e aprendizagens anteriores dos alunos, excluindo suas vozes e interação do processo de ensino e aprendizagem e invisibilizando o letramento. Portanto, a proposta didática do curso contraria os estudos de Soares (2020) sobre o alfabetizar letrando, em que a autora mostra a importância de a criança compreender a finalidade do texto, refletindo sobre este antes mesmo de estar

alfabetizada. Como referência teórica, as autoras citam estudos de Cafieiro (2005), Geraldi (2006, 2015), Kleiman (2013), Moraes (2005), Soares (2020), entre outros.

Assim, o *Tempo de Aprender*, nas pesquisas de Alves (2021) e Kappi (2021), caracteriza-se como um curso de formação docente que não considera que a heterogeneidade das aprendizagens pode ser encontrada na sala de aula, retratando ser um curso em que a homogeneização dos conhecimentos e a busca pela classificação dos alunos em bons leitores e maus leitores estão muito presentes, desconsiderando os saberes já adquiridos pelas crianças e os seus letramentos.

4.2 *Tempo de Aprender*: processos de ensino e aprendizagem específicos – a produção de textos escritos

Neste segundo eixo analítico: *Tempo de Aprender: processos de ensino e aprendizagem específicos – a produção de textos escritos*, correspondente ao Quadro 4, apresentamos um trabalho que dá ênfase a elementos que interferem direta ou indiretamente no processo de ensino e aprendizagem. A autora teve como base a BNCC, a PNA e o *Tempo de Aprender* para trazer contrapontos referentes às propostas de alfabetização presentes nos documentos. Ela analisou a concepção de alfabetização adotada nesses documentos, a fim de compreender os efeitos dessas sucessivas mudanças no processo de ensino e aprendizagem.

Quadro 4 – Dissertações e teses/*Tempo de Aprender*: processos de ensino e de aprendizagem específicos – a produção de textos escritos.

Título	Dissertação ou Tese	Ano	Autor(a)	Universidade
A Base Nacional Comum Curricular, a Política Nacional de Alfabetização e o Programa Tempo de Aprender: concepções de produção de textos escritos e orientações relativas ao seu ensino nos anos iniciais	Dissertação	2022	Maria Daniela da Silva	PPGEdu/UFPE

Fonte: Acervo de pesquisa das autoras.

A dissertação de Silva (2022) analisa as concepções sobre a produção de textos e o ensino de produção de textos para a alfabetização, considerando as proposições da BNCC, da PNA e do programa *Tempo de Aprender*. Na pesquisa intitulada “A Base Nacional Comum Curricular, a Política Nacional de Alfabetização e o Programa Tempo de Aprender: concepções

de produção de textos escritos e orientações relativas ao seu ensino nos anos iniciais”, a autora faz um mapeamento dos objetivos e habilidades de aprendizagem e das orientações para o ensino de produção de textos na BNCC e na PNA, assim como analisa as orientações do programa *Tempo de Aprender* para o ensino da produção de textos escritos. A autora situa seus estudos em uma abordagem qualitativa do tipo documental, com metodologia baseada na análise do conteúdo.

Ao longo das análises, a autora faz o exercício de responder aos seguintes questionamentos: Quais são as concepções e orientações do documento oficial aprovado pelo Conselho Nacional de Educação – BNCC em relação ao ensino de produção de textos? Quais são as concepções e orientações na PNA relativas ao ensino de produção de textos nos anos iniciais do ensino fundamental? Estão em consonância com a BNCC? Quais são os objetivos de aprendizagem da BNCC em relação à produção de textos? E da PNA? O programa *Tempo de Aprender* está em consonância com a BNCC e com a PNA? Quais concepções e orientações relativas ao ensino de produção de textos estão presentes no programa *Tempo de Aprender*? A autora analisa as concepções de produção de textos escritos e as orientações relativas ao seu ensino nos anos iniciais do ensino fundamental, mais especificamente para o 1º e 2º ano, presentes na BNCC, na PNA e no programa *Tempo de Aprender*.

No trabalho analítico, a autora identifica as aproximações e os afastamentos entre esses três documentos, bem como observa que há divergências entre as concepções de produção de textos e orientações nos documentos analisados. Na BNCC, há predominância da perspectiva sociointeracionista da linguagem e aproximação da abordagem denominada alfabetização na perspectiva do letramento. Por outro lado, tanto a PNA quanto o programa *Tempo de Aprender* defendem a perspectiva fônica de alfabetização. Tal perspectiva vai na direção oposta dos estudos sobre o letramento e, conseqüentemente, da concepção de linguagem como interação e do texto como enunciado concreto e dialógico.

A autora conclui que a PNA e o programa *Tempo de Aprender* corroboram para a ocorrência de um processo de ensino da produção de textos mecânico, repetitivo e descontextualizado, além de não mobilizarem uma variação de elementos linguísticos, indicando que o acesso às variedades linguísticas deve ocorrer após o domínio do Sistema de Escrita Alfabética, o que diverge da proposta da BNCC. Desse modo, a autora observa um processo de descontinuidade de uma proposta de formação reflexiva, com raras referências ao ensino de produção de textos. Quando há referência à produção de textos, prevalece uma

concepção de textos com agrupamento de frases descontextualizadas, com a finalidade de ensinar convenções ortográficas. Não se consideram os parâmetros de interação e não há apresentação de conceitos importantes, como texto e gênero, e nem uma teoria sobre os processos cognitivos de produção de textos.

4.3 *Tempo de Aprender*: implicações na formação dos professores alfabetizadores

Neste eixo analítico: *Tempo de Aprender: implicações na formação dos professores alfabetizadores*, correspondente ao Quadro 5, destacamos as produções que se relacionam ao programa *Tempo de Aprender* e suas implicações na formação do professor alfabetizador. Sendo o programa um curso de formação, as pesquisas trouxeram análises sobre os discursos no processo de formação inseridos no programa.

Quadro 5 – Dissertações e teses/*Tempo de Aprender*: implicações na formação dos professores alfabetizadores.

Título	Dissertação ou Tese	Ano	Autor(a)	Universidade
Política Nacional de Alfabetização: governando os “Tempos de Aprender”	Dissertação	2022	Paula Etyele Barros de Sousa	PPGEdu/UERGS
Política Nacional de Alfabetização: discursos formativos de professores alfabetizadores no âmbito do programa Tempo de Aprender	Tese	2022	Jânio Nunes dos Santos	PPGEdu/UFAL

Fonte: Acervo de pesquisa das autoras.

Na dissertação de Sousa (2022), “Política Nacional de Alfabetização: governando os ‘Tempos de Aprender’”, a autora problematiza o referido programa, observando os processos que o produziram como um processo formativo integrado à PNA (Brasil, 2019) e uma construção de estratégias de governo da prática docente.

A autora tem o objetivo de investigar e reconhecer as estratégias lançadas pelo programa *Tempo de Aprender* que podem gerar o governo da formação docente. Além disso, reconhece as discursividades instituídas pela PNA e como elas estão presentes nas estratégias de governo que são operadas pelo programa *Tempo de Aprender*. De acordo com Sousa (2022), evidencia-se na formação docente do *Tempo de Aprender* formas de subjetivação que procuram governar a ação docente. A partir do conceito de governo, a autora trilhou caminhos para esmiuçar os materiais, a fim de compreender tanto as políticas voltadas à alfabetização, como os processos que constituem as políticas e o programa *Tempo de Aprender*.

Enquanto ferramenta teórico-metodológica, a autora explora a noção de governamento na formação docente e realiza uma análise dos documentos da política e do referido programa, tomando como *corpus* empírico para a análise: o Caderno da PNA, que traz todas as regulamentações da política, suas metas e objetivos; e o Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, que instituiu a PNA¹⁰.

Para compreender as estratégias engendradas pela PNA, o estudo se vale do referencial Foucaultiano, que oferece subsídios para entender e interpretar os documentos em uma perspectiva discursiva de governamento.

Em suas análises, a autora entende que o *Tempo de Aprender* se inclui em uma lógica que aponta para uma descontinuidade das concepções teóricas no campo da alfabetização, inserindo-se em um campo de competições políticas. A autora identifica também que a PNA e, conseqüentemente, o *Tempo de Aprender* localizam-se num terreno de intensas disputas entre concepções teóricas de alfabetização, apresentando somente um caminho a ser seguido, o qual “garante” o sucesso da alfabetização.

Sousa (2022) destaca, em suas conclusões, que esse caminho regulador no *Tempo de Aprender* infringe a autonomia das escolas e dos professores de selecionar quais metodologias consideram mais adequadas em suas propostas didático-pedagógicas, além de contribuir para um retrocesso no campo da alfabetização.

Com o título “Política Nacional de Alfabetização: discursos formativos de professores alfabetizadores no âmbito do Programa Tempo de Aprender”, Santos (2022) discute em sua tese o que professores alfabetizadores participantes do *Tempo de Aprender* têm dito sobre o programa. Para obter essas respostas, utilizou um questionário *on-line* respondido por 2.454 professores do estado de Alagoas. O autor busca compreender se a formação, no âmbito do programa *Tempo de Aprender*, conduz os professores alfabetizadores a se apropriarem e a reconfigurarem os signos ideológicos que a integram na defesa do discurso de inovação, de evidências científicas e de eficácia no que tange ao método fônico para a alfabetização das crianças brasileiras.

O autor retoma o documento inicial que influenciou a instituição da PNA em 2003, o “Relatório final Alfabetização Infantil: os novos caminhos”, o qual apontava que a alfabetização não acompanhou o progresso científico, que seria a Ciência Cognitiva da Leitura

¹⁰ A PNA (Brasil, 2019) previa, por meio da União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a implementação de programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, sendo o curso *Tempo de Aprender* uma dessas ações.

pautada no método fônico. Essa influência fortaleceu a política partidária e a PNA passou a ser executada como política de rompimento das teorias que antecederam a sua instituição.

Os resultados apontam que a formação no âmbito do programa *Tempo de Aprender*, com o olhar voltado para a participação no curso Práticas de Alfabetização, não conduz os professores alfabetizadores a se apropriarem dos signos ideológicos que integram a PNA de maneira passiva como uma palavra dada. Embora alguns percebam a PNA como inovadora e eficaz no que tange à instrução fônica sistemática para a alfabetização das crianças brasileiras, os professores, a partir da recontextualização do discurso oficial, reverberam em seus discursos a prática de saberes-fazeres construídos na docência e advindos de formações anteriores, além da influência de suas formações ideológicas e sociais na construção e atualização dos horizontes valorativos.

Sendo assim, a análise revelou que os professores, apesar de concordarem com os termos “código”, “codificar” e “decodificar”, mantêm a concepção de alfabetização atrelada ao letramento, o que vai de encontro à ideologia oficial que tenta silenciá-lo. Na ideologia do cotidiano, o letramento permanece latente. Logo, o curso do *Tempo de Aprender* não conseguiu, no contexto da prática, silenciar o letramento. O letramento continua sendo um signo ideológico para os professores alfabetizadores alagoanos.

Nota-se que ambos os trabalhos, embora com metodologias diferentes e utilizando-se de referenciais teóricos distintos, analisam como o programa *Tempo de Aprender* e a PNA, no contexto de produção do texto, procuram gerenciar e coordenar práticas alfabetizadoras utilizadas pelos professores. Contudo, quando analisam o contexto da prática, caso da tese de Santos (2022), há uma renegociação do texto oficial e esse não se efetiva por completo no contexto escolar, pelo menos no contexto alagoano.

5 Considerações finais

A alfabetização, desde a sua escolarização, sempre foi assunto recorrente nas escolas e em políticas públicas. Analisá-la, a partir de uma pesquisa de caráter bibliográfico, considerando um recorte da produção acadêmica na área da educação, de 2020 a 2023, e o olhar de diferentes estudiosos que pesquisam sobre o programa do curso *Tempo de Aprender* (Brasil, 2020), permitiu-nos registrar um período de retrocesso na história política e pedagógica do campo da alfabetização no Brasil.

Ao realizar as análises das quatro dissertações e uma tese, evidenciamos que, no curso de formação docente do programa *Tempo de Aprender*, há uma homogeneização dos conhecimentos e a organização de uma proposta didática que busca regular a prática docente, padronizando as formas de ensinar e de aprender pela instrução fônica – interação entre o grafema (o visual, a letra escrita) e o fonema (o som, a letra falada), desconsiderando as diferenças individuais e inviabilizando os letramentos dos alfabetizandos (Alves, 2021; Sousa, 2022).

Na perspectiva de ensino do curso *Tempo de Aprender*, o professor, segundo tais estudos, tem pouca liberdade de reflexão e protagonismo em seu planejamento, emergindo preocupações e inquietações ao trabalhar com a organização didática estabelecida pelo curso e organizada de unidades menores da escrita para unidades maiores, do simples ao complexo, baseadas em repetições, nada flexíveis (Kappi, 2021; Santos, 2022).

Além disso, os resultados das pesquisas de Alves (2021), Kappi (2021) e Silva (2022) indicam que há divergências entre as concepções de produção de textos do curso de formação docente *Tempo de Aprender* (Brasil, 2020) e da PNA (Brasil, 2019) com a BNCC (Brasil, 2017), embora na proposta didática do curso haja menção aos objetivos correlatos da BNCC. Nesse sentido, os estudos observam a predominância da perspectiva sociointeracionista da linguagem e uma aproximação da alfabetização na perspectiva do letramento na BNCC. Enquanto, conforme já dito, tanto a PNA quanto o curso *Tempo de Aprender* defendem a perspectiva fônica de alfabetização, em oposição à concepção de linguagem, conforme estudos de Smolka (1989), como interação e do texto como enunciado concreto e dialógico (Silva, 2022).

Em síntese, o estudo salienta como a referida formação docente do programa priorizou uma única forma de alfabetizar, a “instrução fônica”, destacando esse modelo teórico tradicional de ensino como a solução para o fracasso da alfabetização no Brasil. Estudos consolidados sobre a alfabetização no Brasil, em especial, desenvolvidos no Centro de Estudos em Educação e Linguagem (CEEL) e no Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE), que destacam a relevância de concepções de alfabetização e letramento para que as crianças compreendam efetivamente o sistema notacional de escrita alfabética e seus usos e funções na sociedade, são desconsiderados por essa nova política, excluindo com isso também as vozes de pesquisadores, professores e alfabetizandos.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 07 de abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/CADERNO_PNA_FINAL.pdf. Acesso em: 07 de abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Tempo de Aprender**. Formação continuada em práticas de alfabetização. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/tempo-de-aprender>. Acesso em: 08 de abr. 2024.

BRASIL **Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019**. Revogado pelo Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Decreto/D9765.htm. Acesso em 23 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023**. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11556.htm. Acesso em: 23 abr. 2024.

COSTA, M. V.; SILVEIRA, R. M. H.; SOMMER, L. H. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 36-61, maio/ago. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/FPTpjZfwdKbY7qWXgBpLNCN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 de abr. 2024.

COSTA, M. V.; WORTMANN, M. L. C.; BONIN, I. T. Contribuições dos Estudos Culturais às pesquisas sobre currículo: uma revisão. **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 509-541, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss3articles/costa-wortmann-bonin.pdf>. Acesso em: 26 de abr. 2024.

GILL, R. Análise do discurso. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 244-270.

SILVEIRA, C. C.; MEYER, D. E. E.; FÉLIX, J. A generificação da intersectorialidade no Programa Saúde na Escola. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 100, n. 255, p. 423-442, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://abrir.link/NfPZe>. Acesso em: 29 de abr. 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.100i255.3807>.

SMOLKA, A. L. B. **A criança na fase inicial da escrita**: a alfabetização como processo discursivo. 5. ed. São Paulo: Cortez; UNICAMP, 1989.

SOARES, M. **Alfabetrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

Fontes Consultadas

ALMEIDA, F. I. **Política Nacional de Alfabetização**: possíveis implicações na formação do professor alfabetizador. 2022. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2022. Disponível em: <https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/10247>. Acesso em: 03 de mai. 2024.

ALVES, B. S. **O silenciamento da heterogeneidade das aprendizagens no Programa Tempo de Aprender**: algumas problematizações. 2021. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2021. Disponível em: <https://servicos.ulbra.br/BIBLIO/PPGEDUM317.pdf>. Acesso em: 03 de mai. 2024.

BALDINI, T. A. A. **A Política Pública de Alfabetização e a Pedagogia Waldorf**: as relações existentes. 2023. 112 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/695b0766-eddd-4f89-9d2e-d053aa732970>. Acesso em: 03 de mai. 2024.

BENTO, F. D. **Impactos da Política Nacional de Alfabetização (PNA) nos processos formativos docentes**. 2023. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/29995>. Acesso em: 03 de mai. 2024.

BERNARDINO, V. S. E. **Correlações entre a Política Nacional de Alfabetização (PNA – 2019) e o relatório de Alfabetização Infantil (2007)**: há novos caminhos? 2023. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023. Disponível em: <https://abrir.link/PnbAx>. Acesso em: 04 de mai. 2024.

BRAGAMONTE, P. L. A. **Governamentalidade Neoliberal e os deslocamentos no eixo da inclusão nos discursos de alfabetização infantil da PNA (2019-2022)**. 2022. 242 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/28234>. Acesso em: 04 de mai. 2024.

BRANDÃO, A. C. P. A.; SILVA, A. da. **O ensino da leitura e escrita e o livro didático na Educação Infantil**. Educação (Porto Alegre), v. 40, n. 3, set.- dez. 2017. P. 440-449. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/download/23852/16544>. Acesso em: 16 de abr. 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2017.3.23852>

BRANDÃO, A. C. P. **O ensino da compreensão e a formação do leitor**: explorando as

estratégias de leitura. *Práticas de leitura no ensino fundamental*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CAFIERO, D. **Leitura como processo**: caderno do professor: Belo Horizonte: Ceale/Fae/UFMG, 2005. Disponível em: <https://abrir.link/DtYXE>. Acesso em: 21 de abr. 2024.

CAMPOS, R. G. M. **Processos e práticas de alfabetização na perspectiva da educação integral**: desafios na formação docente. 2021. 205 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2021. Disponível em: <https://abrir.link/rkkom>. Acesso em: 05 de mai. 2024.

CAPOVILLA, F. C. **Os novos caminhos da alfabetização infantil**: relatório encomendado pela Câmara dos Deputados ao Painel Internacional de Especialistas em Alfabetização Infantil. São Paulo: Memnon, 2005.

FARIA, I. C. C. **Política Nacional de Alfabetização (PNA)**: é possível uma alfabetização baseada em evidências no contexto brasileiro? 2021. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2021. Disponível em: <https://www.btd.uerj.br:8443/handle/1/17852>. Acesso em: 06 de mai. 2024.

GERALDI, J. W. et al. **O texto na Sala de Aula**. São Paulo. Ed Ática, 2006.’

GERALDI, J. W. **O ensino de língua portuguesa e a Base Nacional Comum Curricular**. Retratos da Escola. Volume 9, n.17, jul/dez. 2015. P. 381-396. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/587>. Acesso em: 17 de mai. 2024. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v9i17.587>

GOZZI, E. **O Assistente de Alfabetização como face exposta do trabalho docente precarizado na escola pública**. 2020. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2020. Disponível em: <https://abrir.link/vMcmw>. Acesso em: 08 de mai. 2024.

KAPPI, R. G. A. M. **Em tempos de reaprender o método fônico**: algumas problematizações do Programa de Formação Docente – Tempo de Aprender. 2021. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2021. Disponível em: <https://servicos.ulbra.br/BIBLIO/PPGEDUM319.pdf>. Acesso em: 03 de mai. 2024.

KASZCESZEN, F. **Política Nacional de Alfabetização 2019**: avanços ou retrocessos. 2021. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2021. Disponível em: <https://abrir.link/fvniq>. Acesso em: 04 de mai. 2024.

KLEIMAN, Ângela. **Texto e leitor**: aspectos cognitivos da leitura. 15.ed. Campinas: Pontes, 2013.

LIPSUCH, G. **Políticas de avaliação para alfabetização no Brasil e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): novos (velhos) mecanismos de controle e responsabilização.** 2020. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Centro Oeste, Irati, 2020. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCEN_41967a34872e0081b4b33ed208218dde. Acesso em: 06 de mai. 2024.

MORAIS, A. G. de. O livro didático de português e a reflexão sobre a norma ortográfica. In: SILVA, Alexsandro da; MORAIS, Artur Gomes de; MELO, Kátia Leal Reis de. **Ortografia na sala de aula.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MORAIS A. G. **Consciência fonológica na Educação Infantil e no Ciclo da Alfabetização.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MORAIS, A. G.; LEITE, T. M. S.B. Rios; SÁ, C. F. de; PESSOA, A. C. R. G.. Apropriação de escrita alfabética pelas crianças: Que caminhos percorrem? Como podemos auxiliá-las em suas trajetórias de aprendizagem. In: **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.** Apropriação do sistema de escrita alfabética e a consolidação do processo de alfabetização em escolas do campo. MEC: Brasília, 2012.

SANTOS, J. N. **Política Nacional de Alfabetização: discursos formativos de professores alfabetizadores no âmbito do Programa Tempo de Aprender.** 2022. 194 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/11622>. Acesso em: 06 de mai. 2024.

SANTOS, N. T. R. **Estratégias para alfabetização que contemplam especificidades de estudantes com deficiência intelectual em produções científicas e diretrizes educacionais.** 2022. 140 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2022. Disponível em: <https://abrir.link/poyVi>. Acesso em: 07 de mai. 2024.

SILVA, M. D. **A Base Nacional Comum Curricular, a Política Nacional de Alfabetização e o Programa Tempo de Aprender: concepções de produção de textos escritos e orientações relativas ao seu ensino nos anos iniciais.** 2022. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/49336>. Acesso em: 08 de mai. 2024.

SOARES, M. B. **Letramento um tema em três gêneros.** 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SOARES, M. B. **Alfabetização: a questão dos métodos.** São Paulo: Contexto, 2018. 348p.

SOLÉ, I. **Estratégias de leitura.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

SOUSA, P. E. B. **Política Nacional de Alfabetização**: governando os “Tempos de Aprender”. 2022. 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Osório, 2022. Disponível em: <https://abrir.link/qSEGg>. Acesso em: 06 de mai. 2024.

TEIXEIRA, L. A. **Política Nacional de Alfabetização (2019)**: discursos em análise. 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021. Disponível em: <https://abrir.link/HCUIh>. Acesso em: 08 de mai. 2024.

Artigo recebido em: 19/05/24 | Artigo aprovado em: 30/05/24 | Artigo publicado em: 24/06/24